



**UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL DA
ILHA DO GOVERNADOR / RIO DE JANEIRO, EM DIFERENTES
TEMPORALIDADES E LUGARES DE MEMÓRIA, ALINHADA AOS
PRECEITOS DA EDUCAÇÃO PATRINONIAL**

Daniel Alexandre Carlos

PPGEH - Profhistória/UFRJ
Turma 2022/2
dachand19@gmail.com

Ao longo da minha trajetória profissional de 18 anos, em sala de aula, atuando como professor de história da educação básica, um fato que sempre me angustiou é a irrelevância atribuída a História Local nos currículos escolares, sendo constatemente subalternizada em relação a História Nacional e a chamada História da civilização com predominância de uma perspectiva eurocêntrica e ocidentalizante. Refletindo sobre esta questão, busquei no mestrado Profhistória em Ensino de História, uma linha de pesquisa que pudesse garantir a oportunidade de pensar um produto educativo capaz de preencher esta lacuna nos currículos escolares e ao mesmo tempo dar visibilidade e relevância a História Local, com ênfase na História Local da Ilha do Governador, bairro onde atuo profissionalmente, como professor de História no Ensino Médio, na rede pública.

Após analisar atentamente as três possibilidades de linhas de pesquisas do Mestrado de Ensino de História, percebi uma sintonia entre a proposta de trabalho que almejo desenvolver neste artigo com a linha de pesquisa Saberes Históricos no Espaço Escolar. Esta escolha ocorreu porque pretendo apresentar o resultado de pesquisas que desenvolvi sobre a História Local da Ilha do Governador, tendo como intencionalidade elaborar uma disciplina eletiva sobre História Local, para um público alvo composto por alunos da 1ª série do Ensino Médio Regular e do EJA (Educação de Jovens e Adultos) Módulo I, da rede pública de ensino. A oferta deste produto educativo visa despertar o olhar dos alunos para o local onde transcorrem suas ações cotidianas e o fato de serem coautores de uma História Local tão essencial para formação de sua identidade e o pleno desenvolvimento da cidadania democrática.

A motivação preliminar para escolha da temática História local como objeto de estudo ocorreu por constatar, ao decorrer de uma aula que ministrava para turma da 1ª



série do Ensino Médio Regular, que parte considerável dos alunos desconheciam a História Local da região onde residem e realizam suas ações cotidianas e a própria história da escola onde estudam, no caso, o Colégio Estadual Rotary, localizado no bairro da Freguesia, que se encontra na Ilha do Governador, no município do Rio de Janeiro.

Este artigo pretende contribuir para o debate sobre as potencialidades pedagógicas da História Local, tema que vem apresentando grande expansão nestes últimos anos haja vista o crescimento de trabalhos acadêmicos sobre este assunto e a publicação cada vez mais constante de artigos, ensaios e livros fruto de comunicações feitas em simpósios, conferências e congressos, como o 32º Simpósio Nacional de História da ANPUH, que neste mês de julho de 2023, ocorreu no Estado do Maranhão, na cidade de São Luís, reunindo, no ST – 093. História Local: Pesquisa, Educação e Patrimônio, pesquisadores que se dedicam a estudar a História Local.

Partindo da existência do rompimento do ensino de História Local com uma visão tradicional da História, entendemos que a relevância deste artigo, referente à História local da Ilha do Governador, está na intenção de conceder visibilidade as especificidades locais e seus patrimônios históricos, com vistas a dar voz a grupos locais subalternizados e silenciados pelo predomínio de uma História Nacional no currículos escolares da educação básica. Por acreditar no potencial educativo do ensino de História Local para a construção da identidade e formação da cidadania, entendo que este potencial justifica o trabalho que será empregado no desenvolvimento deste projeto de pesquisa histórica.

Em concordância com o pensar de (ORÍÁ, 1995), creio que o ensino de História Local, na educação básica, se justifica porque a partir dos referenciais teóricos-metodológicos da História Local é possível incorporar as experiências de vida e memórias dos alunos nas atividades em sala de aula, como uma ação capaz de promover, entre os estudantes, a compreensão que são sujeitos e protagonistas da História de sua localidade. Através do ensino de História Local criamos condições para os alunos conhecerem o passado da comunidade na qual estão inseridos e compreenderem a sociedade em que vivem e na qual virão intervir, de maneira democrática, enquanto cidadãos.

A partir do ensino de História Local promovemos, em sala de aula, momentos para os alunos terem contato com as instituições locais, com os princípios democráticos, com a intencionalidade de oferecer para a sociedade pessoas cada vez mais preparadas para o exercício de uma cidadania crítica e consciente. Através de propostas de atividades, por



exemplo, de análise de fontes históricas sobre o contexto local, permitimos que os alunos compreendam o método de pesquisa histórica e a própria produção do conhecimento histórico em sua localidade. O ensino de História Local também tem por finalidade sensibilizar os alunos quanto a importância da problematização e preservação dos patrimônios históricos locais.

Por todas estas questões, me senti motivado, e com o aval de meu orientador, o professor doutor Fábio Garcez de Carvalho, a elaborar uma proposta de ensino a partir dos preceitos da História Local. Acredito que a produção historiográfica em História Local nos oferece conceitos e modos de escrita historiográfica que se adequam às problematizações propostas neste artigo, que tem por finalidade explorar uma dada região geográfica, a Ilha do Governador, que integra uma cidade que apresenta uma história política singular, se considerarmos que a cidade em questão foi durante muito tempo a capital de um Estado nacional, e este fato, por si só, já carrega uma tensão entre o macro e o micro em sua constituição.

Daí ser necessário explorar as interfaces entre temáticas da História Nacional e da História do Rio de Janeiro, com aspectos da História Local da Ilha do Governador. Desenvolver enfim, propostas de atividades a serem realizadas, dentro e fora de sala de aula, que possam captar e problematizar as memórias coletivas dos alunos acerca da História local da região onde realizam suas ações cotidianas.

Ao propor um olhar investigativo sobre aspectos da História local da Ilha do Governador, creio que a proposta de trabalho, apresentada neste artigo, está também alinhada aos pressupostos da BNCC para o Ensino Médio e em consonância com as orientações da equipe pedagógica da Seeduc-RJ - Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, reunidas no Currículo Referencial do Estado do Rio de Janeiro destinado ao segmento Ensino Médio, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, para a componente curricular História, referente a sugestão de planejamento do 1º bimestre da 1ª série do Ensino Médio Regular e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Em relação as competências e habilidades alinhadas a proposta de ensino de História Local, destaco primeiramente a competência 1 (2022. págs.106/143), estabelecida pela BNCC:

analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes



tempos, a partir de procedimentos epistemológico e científico, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e as possíveis relações entre eles.

O destaque concedido a competência 1 se justifica por ser possível estabelecer um ponto de convergência com a proposta deste trabalho ao estimular a articulação entre aspectos micro e macro relacionados aos fatos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais existentes entre a História Local e a História Nacional.

Quanto a Habilidade-EM13CHS101 (2022. págs.106/143), estabelecida na BNCC, que consiste em, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos e econômicos, sociais, ambientais e culturais. Podemos dizer que o destaque dado a Habilidade - EM13CHS101 se justifica pelo fato de estimular a análise, em sala de aula, de fontes e narrativas históricas para facilitar a compreensão dos alunos em relação a importância de processos e eventos históricos.

Na Habilidade -EM13CHS101/RJ01 (2022. págs.106/143), criada pela Seeduc-RJ, que propõe valorizar o conjunto de conhecimentos, legados pelas sociedades humanas ao longo do tempo e relacionar com a realidade do território em que a escola está inserida. A relevância dada a Habilidade - EM13CHS101 / RJ01 - se justifica pelo fato de que a mesma está relacionada com a história imediatamente visível aos alunos, ao local onde a escola está inserida, onde os estudantes constroem sua identidade e cidadania democrática.

O fato de a Ilha do Governador ter sido fundada em 1568, como consequência de uma sesmaria doada a Salvador Correa de Sá, que veio a ser Governador do Rio de Janeiro de 1568 a 1572 e posteriormente de 1577 a 1598, daí o nome Ilha do Governador, torna este trabalho de pesquisa bem desafiador, pela longevidade de sua história local. Sem falar nos múltiplos aspectos históricos e culturais presentes em cada um dos 14 bairros que compõem a Ilha do Governador, sendo eles: Galeão, Portuguesa, Moneró, Jardim Carioca, Tauá, Bancários, Freguesia, Cocotá, Praia da Bandeira, Pitangueiras, Zumbi, Ribeira, Cacuia e Jardim Guanabara.

A solução metodológica que encontramos para desenvolver uma proposta de Ensino da História Local de uma Ilha, com 455 anos de história, foi trabalhar esta vasta e riquíssima localidade em três eixos de temporalidade, sendo o primeiro eixo destinado a Ilha do Governador no tempo dos povos originários Maracajás e Termiminós, o segundo eixo dedicado a História da Ilha no tempo do Império e do trabalho escravo nas fábricas



de Cal, chamada de caieirase nos engenhos locais e o terceiro eixo alusivo a Ilha do século XX ao tempo mais recente.

Na longa duração, a ênfase será dada a então Ilha de Maracajás ou Ilha do Gato, fazendo referência ao gato maracajá, felino típico da região e também ao povo indígena Maracajás, originário da região, assim como os Termiminós. Nesta primeira parte procuro estabelecer uma narrativa que busca conceder protagonismo a estes povos na interface com a História Nacional e a própria fundação da Cidade do Rio de Janeiro.

Na média duração, destaco a ilha no tempo do império, tempo em que a Família Real utilizava as dependências da Ilha do Governador como local de veraneio, região onde D. João estabelece a Coutada Real, para caçar acompanhado por membros da corte. Local onde D. João, segundo fontes históricas, recebeu as primeiras notícias da eclosão da Revolução Liberal do Porto de 1820. Local onde o príncipe regente se banhava em uma nascente que deu origem ao nome da Praia da Bica, na orla do bairro Jardim Guanabara. Mas também o tempo do trabalho escravo nas caieiras, época em que escravos fugitivos se abrigaram em quilombos, na região onde hoje se localiza o Quartel dos Fuzileiros Navais e nas antigas terras dos monges beneditinos, no atual bairro do Galeão.

Na curta duração, o foco passa a ser na ilha do tempo presente, no ritmo dos bondes que, de 1922 até a década de 1960, ligava o bairro da Ribeira ao bairro da Freguesia. Na ilha, tema dos primeiros poemas de Vinicius de Moraes, na ilha das canções de Luiz Gonzaga, na ilha de praias belíssimas, com águas próprias para o banho, uma ilha com características rurais, de veraneio, que a partir da década de 1950, com inauguração da ponte da entrada da ilha, bairro do Galeão se urbaniza de forma desordenada modificando consideravelmente suas características, em decorrência do processo de aterramento, como o que deu origem ao Aterro do Cocotá e a ampliação da extensão da área do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim. Sem falar no aumento da poluição das águas da Baía de Guanabara causados pelo despejo in natura de esgoto sem tratamento, assim como a poluição oriunda das empresas dedicadas ao refino do petróleo.

Antes de esclarecer a maneira que pretendemos conduzir a abordagem sobre os aspectos inerentes à História local da Ilha do Governador, entendemos que se faz necessário traçar um panorama sobre o processo percorrido pela História Local e seu lugar na pesquisa histórica. Partindo do célebre artigo de Pierre Goubert (1988), intitulado



História Local, podemos estabelecer um panorama sobre a História Local, tendo como ponto de partida as histórias de cunho provincial elaboradas no século XVI por e sobre representantes de estamentos associados a nobreza e ordens religiosas na França. No artigo em questão, Goubert atribui ao século XIX, como a época áurea da História Local, onde membros de associações tipicamente burguesa publicam centenas de trabalhos, considerados por Goubert como (1988, p. 71) “trabalhos pseudo-históricos (...) um emaranhado de genealogias oportunistas, glórias usurpadas e afirmações infundadas” que, na primeira metade do século XX, são desprezados, no meio acadêmico, por historiadores profissionais que estavam totalmente voltados a uma História voltada para questões de cunho político, diplomático, militar, administrativo e eclesiástico.

Segundo Goubert, as primeiras tentativas de romper com a escrita tradicional em História Local ocorrem em meados do século XX, por historiadores que compreenderam que a investigação histórica deveria considerar em sua análise tanto a dimensão espacial quanto a temporal. Neste sentido, os historiadores tentaram concentrar suas análises em uma região geográfica específica voltando o seu interesse pela história de grupos humanos como um todo e não somente a uma História de caráter Nacional associada aos êxitos de grandes lideranças políticas. As monografias regionais alinhadas aos preceitos da História Local tiveram, segundo Goubert, sua relevância por oferecer como resultado do seu trabalho um contraponto frente as grandes teses e sínteses que se perpetuavam, como a escrita historiográfica dominante no panorama acadêmico francês.

Sendo assim, a partir dos estudos locais, ao analisar o *modus vivendi* típico de comunidades locais, buscava-se elaborar estudos que referendasse concepções gerais de caráter braudeliano que procuravam elucidar questões de natureza política, econômica, social e cultural. Até os anos 1960, segundo Goubert, a estrutura das monografias derivadas da Escola dos Annales apresentavam previamente a Introdução Geográfica, e depois vinha a História, a organização social, as ações do homem.

As razões para o sucesso dos estudos históricos locais não se limitam aos métodos usados pelos pesquisadores. Muito se deve a Escola dos Annales por ter despertado a atenção dos historiadores para novos grupos sociais e por ter promovido ações interdisciplinares entre historiadores e estudiosos de várias áreas de conhecimento. Assim como, a grande contribuição da geografia de Vidal de La Blache, da escola vidaliana, que



lança, segundo Barros (2013), um conceito de região, utilizado pelos Historiadores em suas análises sobre os micro-espços ou espaços localizados. Para Barros (2013, p. 9)

O modelo de compreensão do Espaço proposto pela escola de Vidal La Blache (...) lidava com aquilo que Pierre Goubert – um dos grandes nomes da ‘História Local’ – chamava de “unidade provincial comum”, e que ele associava a unidades “tal como um country inglês, um contado italiano, uma Land alemã, um pays ou bailiwick franceses.

A captação do vidalismo pelos Annales é constatada também por Dosse (2004, p. 115-116) ao mencionar que “em 1922, (...) Lucien Febvre intervém no debate que opõe sociólogos e geógrafos franceses com *La terre et L’évolution humaine* (A terra e a Evolução humana) (...) e quando intervém também no debate entre a geografia alemã de Ratzel e Vidal”. De acordo com Dosse (2004), a geografia de Vidal também influenciou a historiografia produzida pelos Annales ao rejeitar a ideia de Friedrich Ratzel. Para Vidal, o homem também transformava o meio onde vive, a natureza é por ele humanizada e se apresenta como um campo de possibilidades viáveis de intervenção. Neste sentido, Vidal é considerado o fundador da corrente de pensamento denominada possibilismo. Contudo, de acordo com Dosse (2004, p.127-128)

é na construção da geo-história que Fernand Braudel assumiu a herança de Lucien Febvre para levá-la ao seu paroxismo, naturalizando a história graças aos axiomas de Vidal de LaBlache, (...) O meio e o espaço, termos equivalentes para tanto para Braudel, quanto para Vidal de La Blache torna-se chave para sua escrita. (...) A Geo-história decide, determina, funda um horizonte intransponível, ela não se deixa levar por um extrato da realidade humana, e engloba tanto os fenômenos de ordem climática quanto os fatos da cultura. (...) a geo-história, segundo Fernand Braudel, um olhar mais espacial do que temporal.

Se na geo-história braudeliiana o foco das pesquisas historiográficas é a longa duração e o grande espaço geográfico, para Pierre Goubert e para os demais historiadores da Escola dos Annales, na década de 1950/60, o pequeno espaço e suas relações humanas, são eleitos como objeto de estudo para as análises historiográficas pautadas nos referencial teórico-metodológico da História Local, que tem sua idade de ouro, segundo Dosse (2004, p.136) a partir de trabalhos como o de:

Robert Boutruche (...) defendido, 1947, sua tese sobre a sociedade bordolesa (...); George Duby defende a sua sobre Mâconnais (...), em 1952. Em 1960, quando sai a tese de Pierre Goubert, Paul Bois defende a sua sobre os camponeses da Sarthe. Pouco depois, em 1962, Pierre Vilar apresenta sua Catalunha na Espanha moderna, e Le Roy Ladurie, seus camponeses de Languedoc em 1966.

Com o intuito de apresentar uma síntese entre diversos elementos de ordem



demográfica, econômica e social, equipes de pesquisadores são formadas na França para atender a demanda por estudos locais associada as universidades do interior do país. Contudo, sob orientação do historiador Ernest Labrusse que de Paris, envia para o interior do país “uma força tarefa” composta por jovens pesquisadores com a finalidade, segundo Dosse, de testar as hipóteses formuladas por Labrusse. Tal estratégia pode ser interpretada como uma tentativa de compreensão de uma dimensão nacional a partir de conclusões obtidas após pesquisas desenvolvidas por grupos de estudos focados em análises locais.

Os estudos sobre História Regional/Local eram conduzidos, de certa maneira, como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias nacionais. Surgindo assim como um contraponto capaz de oferecer uma iluminação em detalhe presentes em grandes questões socio-econômicas, políticas e culturais que até então eram examinadas somente no âmbito das dimensões nacionais.

Concomitantemente a este processo de debate sobre a herança vidaliana na Escola dos Annales e os embates entre o macro-espço predominante na Geo-historia e o micro-espço priorizado pelos historiadores dedicados aos estudos sobre História Local/regional, temos também no Brasil grandes embates travados entre as produções locais realizadas inicialmente por memorialista e/ou pesquisadores representando os interesses de lideranças locais, até os primeiros estudos locais realizados por pesquisadores profissionais formados na esfera acadêmica.

Ao analisar as obras de Oriá (1995) e Barbosa (2015) já é possível confirmar a existência no Brasil, na primeira metade do século XX, de produções pautadas em aspectos da História Local. Contudo, tais produções ainda não havia chegado em sua plenitude na academia, eram elaboradas, em sua maioria, por memorialistas que desconsideravam, em suas produções, as diversidades econômicas, sociais e culturais existentes nas regiões, microrregiões, estados e município brasileiros, assim como o protagonismo de grupos locais. A preocupação, até então, era a busca por uma identidade nacional pautada em um projeto de nação que não contemplava as especificidades locais e mantinha os grupos locais silenciados e sem visibilidade, ou seja, em condição subalterna em relação a História Nacional. Segundo Barbosa (2015, p.28-29):

No Brasil, a partir do século XIX, com a criação, nas províncias, dos Institutos Históricos Geográficos e, durante a primeira metade do século XX, com a produção dos memorialistas – configurada em estudos dos espaços históricos locais, buscava-se estabelecer uma identidade



nacional brasileira que contemplasse mecanismos de homogeneização na concepção de nação, na qual priorizavam-se os aspectos político-administrativos e econômicos.

As especificidades locais só passaram a ser objeto de investigação dos historiadores, dentro da academia brasileira, a partir das décadas de 1970/80, época em que houve um profundo crescimento da produção historiográfica sobre temas associados a História Local. De acordo com Oriá (1995), o interesse pelo local é o resultado de um aprimoramento teórico-metodológico da Ciência História em um momento em que os primeiros cursos de mestrado e doutorado em História estavam sendo criados no Brasil. Neste contexto, o objeto de estudo dos historiadores não era mais os grandes temas ligados a História Nacional, mas os micro- temas, associados a dinâmica local. Sendo assim:

O ensino de História Local vem,(...), romper com a visão tradicional em que se priorizava o estudo da chamada “História Geral da Civilização brasileira”, (...) a idéia de um Brasil homogêneo, sem diferenças, conflitos e contradições sociais e um passado unívoco. (...), onde emerge os grandes feitos dos grandes homens, não dava lugar e voz ao homem comum que no seu espaço de vivência local (bairro, comunidade, município, estado, região) produz história, a partir de experiências de vida cotidianas (ORÍÁ, 1995, pg. 46)

De acordo com Barbosa (2015), antes da década de 1970, havia ainda no Brasil um predomínio de uma historiografia local pautada por uma visão tradicionalista, de cunho personalista e memorialísticos, onde as comunidade locais eram tratadas como se tivesse um único destino linear e evolutivo, regido por uma caminhada rumo a um pseudo progresso da região. Tal concepção não considerava os grupos locais como agentes da história e plenos de diversidades, implícitas em cada localidade.

Tal percepção só começa a aparentar mudanças nas últimas décadas do século XX e na primeira de XXI onde já é possível observar um processo de revisão nas concepções que regiam os trabalhos sobre História Local, no momento que, segundo Barbosa (2015, p.30) “são consideradas novas dimensões, novos olhares, novos objetos e novas preocupações, especialmente em tributo aos protagonistas históricos até então silenciados, excluídos e alijados da historiografia oficial que, a partir de então, alcançam uma maior visibilidade nos processos históricos.”

Para efeito de confirmação desta nova tendência Proença (1990, p.139) apud Barbosa (2015, p.28) menciona que “a História Local tem conhecido, nos últimos anos, um progressivo desenvolvimento devido ao interesse da investigação histórica atual, pelo



estudo das comunidades locais que se tem traduzido num crescente número de trabalhos acadêmicos, tendo por objecto a análise de realidades locais ou regionais.”

Este progressivo desenvolvimento da História Local na academia acaba por impactar o ensino básico. Ao nosso ver, pode também ser compreendido como uma tentativa de oferecer um contraponto as produções historiográficas e no caso da educação básica, aos materiais didáticos, que ainda persistem em oferecer uma compreensão distorcida da História Nacional, uma narrativa apartada das especificidades locais. Neste sentido, de acordo com Barbosa (2015, p.33) “se considerarmos a História do Brasil com o foco centrado na história do Rio de Janeiro (...), devemos nos ater ao fato de que, antes de serem tomadas como história nacional, elas são precisamente, histórias locais, deram-se temporal e espacialmente na esfera local, mesmo sendo de repercussão nacional ou mundial.”

Tal constatação resultou de um processo, em curso, de renovação no campo da História que acabou gerando novas tendências historiográficas, os chamados grandes temas e/ou sínteses da História Nacional perdem gradativamente a sua relevância quando comparados com as análises focadas em microtemas, onde a História Local passa a ser compreendida como um recurso teórico-metodológico a ser usado em pesquisas históricas e no ensino de História. Dentre as novas tendências historiográficas, podemos citar, segundo Barbosa (2015, p. 38) “Nova História Francesa, no seu enfoque do cotidiano e da memória; a História Social Inglesa, ao recuperar a experiência social de contextos e de sujeitos históricos silenciados ou desprezados pela historiografia tradicional e, a Microhistória Italiana, ao abordar a relação entre escalas de investigação.” Novos enfoques que abrem a possibilidade cada vez maior de diálogo com a História Local.

Diante deste cenário de renovação no campo da História, entendemos que a melhor opção historiográfica para conduzir as pesquisas apresentada neste artigo é o uso da História Local como referencial teórico-metodológico. Sendo assim, a proposta de Ensino da História Local da Ilha do Governador tem por finalidade, a análise dos fatos históricos, presentes em cada um dos eixos temporais já mencionados, considerando os aspectos micro e macro, as articulações e os tensionamentos entre a História local e a História Nacional. Partindo deste princípio, entendo que a micro-história pode contribuir consideravelmente para compreensão da existência de articulações e tensionamentos entre aspectos micro-macro na História.



Partindo da constatação de Jacques Revel, em seu artigo: Micro-história e macro-história o que as variações de escalas ajudam a pensar um mundo globalizado, (2010, p.438) que “um dos méritos da micro- história é ter colocado, de saída, o problema da variação de escala e dos efeitos cognitivos que podem ser- lhe associado”, pretendemos estabelecer uma linha argumentativa capaz de conceder protagonismo as especificidades locais e aos grupos locais, assim com possíveis articulações e tensionamentos entre aspectos micro e macro quanto estabelecemos uma interface entre História Nacional / História do Rio de Janeiro e a História Local, considerando as variadas escalas de observação de um mesmo objeto de estudo.

Com o intuito de analisar a História Local da Ilha do Governador, a partir de uma variada escalas de observação, considerando os tensionamentos e articulações existentes entre a História Nacional e a História Local, contaremos com as reflexões sobre a micro e macro história presentes no modelo analítico de Revel (2010, p.443) onde o autor:

convida a pensar que é em todos os níveis, desde o mais local até o mais global, que os processos sócio-históricos são gravados, não apenas por causa dos efeitos que produzem, mas porque não podem ser compreendidos a não ser que os consideremos, de forma não linear, como a resultante de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas individuais e coletivas.

Partindo deste princípio, quando analisamos a fundação da cidade do Rio de Janeiro, pela escala de observação tradicional, consagrada nos livros didáticos e nas narrativas históricas de boa parte de nós professores da educação básica, percebemos que ao colonizador português foi concedido todo o protagonismo e mérito pelo processo que desencadeou na expulsão das tropas francesas da cidade do Rio de Janeiro. Mas quando variamos a escala de observação, percebemos que este protagonismo carece de ser partilhado também com os povos originários locais, no caso, os Maracajás e Termininós, que habitavam as regiões as margens da Baía da Guanabara, dentre elas a Ilha do Governador. A parceria dos povos indígenas Maracajás e Termininós, liderados por indígena Araribóia, foi fundamental para os portugueses conseguirem retomar o controle territorial da ilha de Villegagnon e conseqüentemente o controle do território que deu origem a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565.

Ao analisamos, por exemplo, a chegada da família real portuguesa com sua extensa corte a cidade do Rio de Janeiro, temos a impressão que a dinâmica local da então capital



do Império ultramarino português, a província do Rio de Janeiro, transcorreria somente segundo os interesses da monarquia portuguesa. A princípio, esta análise se justifica a partir de fatos como a fixação da inscrição P.R, abreviatura de Príncipe Regente, nas portas das principais residências da cidade, onde seus proprietários deveriam acolher, em sua residência, membros da comitiva real garantindo hospedagem e alimentação.

No entanto, tal constatação não abona o fato que o abastecimento dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, no período em questão, tenha transcorrido a partir de tensionamentos e negociações mercantis estabelecidas, em boa parte de forma clandestina, entre taberneiros e quilombolas que habitaram várias regiões localizadas nas margens da baía da Guanabara, dentre elas a ilha do Governador. Tal constatação foi feita pelo historiador Flávio Gomes (1995), através de documentação que confirma a existência outrora de quilombos em terras que pertenciam aos frades beneditinos, localizada na ilha do Governador, onde atualmente encontra-se no bairro do Galeão, assim como indícios de quilombos nas terras do senhor de engenho Jorge “o velho”, atual bairro da Freguesia, local onde se encontra o Colégio Estadual Rotary, onde atuo como professor de História no Ensino Médio Noturno.

Neste sentido, a partir da percepção analítica de Jacques Revel, para compreendermos plenamente como se dava de fato o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, no que tange a produção de gêneros alimentícios e a extração e comércio de lenha, precisamos variar a escala de observação e nos desvinculharmos de explicações que se limitam a considerar somente o ponto de vista central, ligado as imposições da monarquia portuguesa e direcionar o nosso olhar investigativo para uma outra perspectiva que, seguindo os parâmetros da micro-história, que procura analisar o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro a partir também do ponto de vista local, aceitando a existência de negociações no mundo social, que considere os interesses e ações de grupos locais, como por exemplo a atuação representantes da populações quilombolas locais que extraíam e comercializam lenha e gêneros alimentícios com taberneiros das freguesias urbanas.

Quando penso nos principais conceitos e ferramentas teóricas que pretendemos mobilizar neste artigo, percebo que os recursos teórico-metodológico posto em prática pelo historiador Marcelo Abreu podem ser uteis na tentativa de tirar a História local da Ilha do Governador da condição de subalterna e submissa a História Nacional. Segundo



Abreu (2016,p. 61) as motivações para a subalternização da História local estão no compromisso institucional dos historiadores com a imaginação nacional e a submissão a uma história e um tempo que reunia as histórias particulares com sentidos supostamente universais relacionados a uma marcha progressiva da humanidade e a própria Nação como organização política.

Mesmo consciente que este contexto é bem desafiador, creio que ao propor um trabalho investigativo capaz de conceder visibilidade as falas e lugares silenciados pela hegemonia da História Nacional damos um passo fundamental em prol da chamada “subjativação democrática” (Abreu, 2016), atraindo o olhar de acadêmicos e estudantes da educação básica para temáticas locais, inserindo de vez as especificidades locais e os grupos locais no ensino de História a partir dos preceitos da História Local.

Neste contexto, para Abreu, é possível estabelecer (2016, p. 64) “um novo lugar a história local pautado em dois sentidos: a possibilidade de tratar de maneira consequente as regionalidades no âmbito nacional e de investigar a história imediatamente visível aos estudantes – a própria escola, o bairro, a cidade.”

Neste novo lugar, não cabe mais espaço para subordinação da História brasileira em relação a História da civilização pautada no modelo de uma História eurocêntrica e ocidentalizante e nem a subordinação do tempo nacional ao tempo linear e progressivo baseado no modelo quadripartido do tempo histórico. Assim como não cabe mais o predomínio de fatos, processos e personagens específicos vinculados a ideia de Estado-Nação e consequentemente deixa de fazer sentido a ênfase, dada até então, nas estratégias de memorização totalmente contrária a uma educação reflexiva capaz de despertar uma análise crítica da sociedade.

Contudo, ainda é possível verificar que há muito a ser feito e que a História local ainda permanece integrando o ensino de forma subalterna e que sua abordagem se encontra concentrada nos anos iniciais da escolarização, organizada nos estudos sociais dos chamados círculos concêntricos. Esta constatação só reforça a importância de seguir propondo ações práticas com o intuito de inserir, na educação básica, a história imediatamente visível aos estudantes, no currículo escolar do segmento Ensino Médio, tendo como justificativa a sua eficácia no processo de construção da identidade e formação cidadania com ênfase nos valores democráticos.

Segundo Oriá, (1993, p. 266) é também de suma importância que a temática



“Patrimônio Histórico-Cultural seja apropriado enquanto objeto de estudo no ensino de História, a fim de desenvolver em nossos alunos a consciência preservacionista da memória histórica, enquanto referencial de nossa identidade e construção da cidadania.” Ao planejarmos ações pedagógicas em sala de aula a partir da problematização dos patrimônios locais, oferecemos aos alunos a oportunidade de revisitarem suas memórias históricas, confrontá-las com a História local implícita nestes patrimônios locais e assim conceder condições de verificarem a existência ou não de pontos de convergências com a história de sua família e assim avançar na busca da elaboração da própria identidade. A inserção da questão patrimonial em sala de aula também tem seu valor na compreensão das razões que levam ao desprezo ou resignação destes patrimônios locais.

Em concordância com o pensar de Oriá, entendo que, como representantes da sociedade civil, nós professores de História, precisamos nos manter comprometidos com a inserção da temática História local/ Patrimonial em sala de aula e ciente que a proteção deste patrimônio local só será possível a partir da atuação em três frentes específicas: Educação Patrimonial, Pesquisa e Preservação. Neste sentido, o que seria para Oriá os balizadores de uma Educação Patrimonial? Nos parece que seria a utilização dos lugares de Memória no processo educativo, no intuito de sensibilizar os alunos e gradativamente despertar a consciência preservacionista.

Atualmente temática Patrimônio Cultural já está incluída no currículo do Ensino Médio de boa parte das redes estaduais de ensino. No Rio de Janeiro, a Seeduc- RJ, elaborou a EM13CHS104/RJ01, como consta no Referencial curricular do Estado do Rio de Janeiro (2022. págs.106/143) que define por compreender a apreciação e frequentação e a produção de cultura material e imaterial como elemento da elaboração do conhecimento, parte integrante do patrimônio cultural de todo o país.

A equipe técnica e pedagógica da Seeduc-RJ, a princípio, elabora esta habilidade com o objetivo de (2022. págs.106/143):

garantir aos alunos acesso as disputas simbólicas sobre a herança cultural, a valorização da memória e do patrimônio histórico material e imaterial para a construção das identidades nacionais. (...) Conceitos e práticas do patrimônio material e imaterial; A criação do SPHAN na Era Vargas e a discussão sobre tradição X modernidade.

Sendo assim, na proposta de Ensino de História Local da Ilha do Governador / Rio de Janeiro, apresentada neste artigo, teve como pretensão oferecer a docentes recursos conceituais e pedagógicos capazes de proporcionar aos estudantes um momento de



reflexão e auto-conhecimento no processo de compreensão de sua trajetória pessoal enquanto cidadão e possíveis pontos de convergências com grupos locais que ao longo da história podem ter sido invisibilizados e silenciados pelo predomínio da História Nacional.

Consideramos também de suma importância que os alunos conheçam as nuances do ofício dos chamados por Oriá como “profissionais de memória”, no caso, historiadores, antropólogos, arquivistas, museólogos e educadores de forma geral. Para Oriá, o caminho a ser trilhado por todos nós profissionais da educação básica é ser parte integrante do processo de democratização do acesso à cultura aos cidadãos de todos os segmentos sociais e assim conceder visibilidade aos patrimônios culturais representativos das contribuições de grupos até então subalternizados na memória histórica brasileira.

Quanto a questão patrimonial, pretendemos dar ênfase aos patrimônios e vestígios materiais presentes nos bairros da Ilha do Governador, em especial com o bairro da Freguesia. Penso em dar destaque ao bairro da Freguesia, a priori, pelo fato de ser o bairro onde está localizado o Colégio Estadual Rotary, onde exerço o cargo de professor de História e também por ser o bairro onde resido, assim como o local de moradia da maioria dos alunos matriculados no ensino noturno do colégio. A opção pela ênfase no bairro da Freguesia se dá enfim pela possibilidade de realização de propostas de aulas de campo que podem ser percorridas a pé, pelas ruas, praças e avenidas do próprio bairro.

Em sala de aula, entendo que seja prioritário o planejamento e realização de aulas que tenham como intencionalidade a abordagem das bases conceituais que fundamentam o estudo da História Local e que promovam a compreensão e valorização dos fatos históricos presentes na cidade. Desta forma, creio que os alunos teriam à sua disposição uma proposta de Ensino de História Local capaz de estimular a reflexão quanto a importância de se conhecer, preservar e problematizar os lugares de memória, representados pelos vestígios materiais e patrimônios históricos e culturais.

As narrativas históricas sobre a Ilha do Governador estão registradas em variados corpus documentais a partir dos quais pretendo explorar para a formulação de uma proposta curricular em Ensino de História de Local. Neste sentido, podemos destacar dois tipos de fontes que sugerimos para pensar a elaboração de uma proposta curricular, bem como fontes a serem exploradas pelos docentes, composta por fontes escritas e fontes orais.

De modo geral, as fontes escritas mobilizadas neste artigo são obras de caráter



acadêmico e jornalístico. Com o intuito de estabelecer um debate crítico referente às principais obras já publicadas sobre aspectos da História Local da Ilha do Governador, localizei, até o presente momento, a obra “História da Ilha do Governador”, da autora Cybelle Moreira de Ipanema, 1ª edição em 1991 e a 2ª edição em 2013 e a obra “Guia da Ilha do Governador”, foi publicada em 1950, pelo jornalista Norberto Greco.

Como tenho também o interesse em compreender e problematizar o que ficou registrado nas memórias de antigos moradores da Ilha do Governador, no trabalho em questão, também constará as conclusões de uma série de entrevistas que pretendo realizar com antigos moradores que guardam em suas memórias lembranças de uma ilha de décadas atrás.

Contaremos também com o vastíssimo acervo de fontes históricas composto fotos, iconografias e recortes de jornais do professor Jaime de Moraes, um memorialista e morador da Ilha desde a década de 1950 e administrador do grupo no Facebook “Ilha do Governador – O passado no presente”, com mais de 23mil membros e seguidores.

Em termos de objetivo geral, pretendemos desenvolver uma proposta de Ensino de História que considere a existência de articulações entre aspectos micro e macro, sem que se estabeleça necessariamente uma relação de superioridade e inferioridade e/ou de centro e periferia. Uma proposta de ensino de história que confira protagonismo aos grupos locais e que considere as memórias dos moradores, que permita que os alunos se identifiquem com o local onde transcorrem suas ações cotidianas e compreendam que o caminho que percorrem diariamente faz parte também da sua própria história de vida.

Neste contexto, nos sentimos motivadas a desenvolver uma proposta de Ensino de História capaz de oferecer uma disciplina eletiva sobre História Local, pautada em uma linha argumentativa que reforça a importância da retirada da História local, da condição de subalterna e submissa a História Nacional, dando voz e visibilidade a lugares de memória e grupos locais excluídos ou inferiorizados nos materiais didáticos e narrativas históricas, enfim uma proposta que considere as memórias presente no imaginário coletivo dos alunos e moradores da Ilha do Governador.

Referências bibliográficas

ABREU, Marcelo. História Local e Ensino de História: Interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo. IN: I - Gabriel, Carmen Teresa. II - Monteiro, Ana Maria. III – Martins, Marcus Leonardo Bomfim. Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2016.



BARROS, José D' Assunção. Conferência: Espaço, Território, Região - pressupostos metodológicos, 2013
At:UESB, Vitória da Conquista, 2013.

DOSSE, François. História e Ciências Sociais. Cap. 2 – O Recurso geográfico dos historiadores. Tradução: Fernanda Abre – Bauru – SP: EDUSC, 2004.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a História local. Ensino em Re-vista,4(1):43-51, jan./dez.1995

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. Revista Brasileira de História. São Paulo. v.13 n° 25/26. pp. 265-276/set. 92/ago.93.

GOUBERT, Pierre. História Local. Revista Arrabaldes. Ano I, nº 1, maio/agosto 1988.

GOMES, Flávio dos Santos. História de Quilombolas: mocambos e comunidades de sanzalas no Rio de Janeiro - séculoXIX – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional de Pesquisa, 1995.

GRECO, Noberto. Guia da Ilha do Governador, 1950.

IPANEMA, Cybelle Moreira de, 1924 – História da Ilha do Governador – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

MELO, Vilma de Loudes Barbosa e. História Local: contribuições para Pensar, Fazer e Ensinar. – João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

REVEL, Jacques. Artigo: Micro-história e macro-história o que as variações de escalas ajudam a pensar um mundo globalizado, 2010.

Revisão CURRÍCULO ENSINO MÉDIO.cdr (educacao.rj.gov.br)